

Do luto à luta: emergência da visibilidade à luz do *reconhecimento* em Charles Taylor

Aldeman Acioly de Carvalho Neto¹

Resumo: O presente trabalho apresentará a problemática da invisibilidade e da falta de reconhecimento de certos grupos sociais a partir do pensamento do filósofo canadense Charles Taylor. No primeiro momento, será abordado um panorama geral acerca de tal temática em outros autores. Num segundo momento, trataremos o *reconhecimento*, especialmente na teoria tayloriana, como algo indispensável e necessário para se garantir a dignidade humana. Por fim, será exposto como tal conceito pode ser visto e utilizado como um mecanismo político em prol da afirmação da presença e existência de tais sujeitos e grupos invisibilizados na sociedade.

Palavras-chave: Charles Taylor. Reconhecimento. Representatividade. Lugar de fala. Bem comum.

INTRODUÇÃO

Considerando a atual conjuntura social, é possível encontrar inúmeras situações nas quais muitos grupos e pessoas lutam insistentemente para serem vistas e ouvidas, principalmente pelo poder público. É o caso das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos sem-teto e sem-terra, dos trabalhadores da cidade e dos desempregados, da população LGBTQIA+, dos migrantes, dos refugiados e tantos outros que, muitas vezes, em diferentes situações, são considerados “cidadãos de segunda classe”, ou quiçá, nem são considerados pessoas por não conseguirem acessar os seus direitos mais básicos.

A nossa sociedade do descartável, como é caracterizada cotidianamente, continua a excluir e segregar uns em detrimento do bem-estar de outros. Alguns dados afirmam que toda a riqueza mundial está concentrada na mão de pouquíssimas famílias e a grande maioria da população, por vezes, não consegue ter acesso a saneamento básico, por exemplo (REUBEN, 2016). Essa informação evidencia que não estamos tratando apenas de uma questão meramente econômica, pois a história da América Latina – e consequentemente, também, a do Brasil – está repleta de experiências marcantes desde o início de sua colonização. É possível perceber que o interesse dos invasores, bem como a coragem e a resistência dos explorados no intuito de garantir suas existências, custaram muitas vidas.

A revolta dos Malês, a Guerra de Canudos, a Balaiada, mas também a atual luta dos movimentos dos trabalhadores sem-terra e sem teto, a criação de coletivos negros como o Movimento Negro Unificado (MNU), o trabalho incansável do Conselho Indigenista

¹ Possui graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP (2015) e em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE (2022). Desenvolveu o presente artigo na modalidade de IC Voluntária/FAJE, de 2020 a 2021, sob orientação do Professor Doutor Elton Vitoriano Ribeiro, inserido no projeto de pesquisa Desafios para uma Ética Contemporânea..

Missionário (CIMI), a ascensão das mulheres nos espaços de poder e decisão, entre outros movimentos, mostram que muitos personagens continuam a se organizar e buscar garantias de vida no nosso país. O fato é que muitos grupos sociais precisaram (e ainda precisam) resistir aos desmandos de opositores que, de alguma maneira, negam os seus direitos e distanciam a possibilidade de abraçarem suas existências com dignidade. Essa é a realidade brasileira e, com toda certeza, esse fenômeno figura em todo o cenário latino-americano.

Dessa forma, qualquer história, de qualquer personagem dos nossos mitos, lendas e livros fictícios de literatura, minimizaria exorbitantemente a história de vida concreta de muitas Marias, Josés, Amarildos, Marieles... Vidas que foram e são diariamente ceifadas. Com ou sem sangue, mortes bruscas ou a conta gotas, com os holofotes midiáticos ou apenas na crueldade da invisibilidade.

É com base num pensamento ético e numa política de dignidade que Charles Taylor pauta seus trabalhos na área da Ética Filosófica, dando ênfase a um termo bastante expressivo nos nossos dias: *o reconhecimento*. Para ele, “o devido reconhecimento não é uma mera cortesia que devemos conceder às pessoas. É uma necessidade humana vital” (TAYLOR, 2000, p. 242). Considerando, pois, que o reconhecimento não é algo irrelevante ou até mesmo secundário, mas um quesito essencial para o Bem viver² do ser humano que tece sua vida em sociedade, faz-se necessário alguns questionamentos iniciais: Quais as bases que fundamentam a ética e as profundas reflexões de Taylor sobre o quesito *reconhecimento* dentro do contexto filosófico e social? Como se dá o reconhecimento social? Se o reconhecimento é vital para a vida das pessoas, por que é difícil garanti-lo? Quais os motivos de existir uma resistência ao reconhecimento dos outros?

Mesmo com a relevância que essa ideia ganhou nas discussões acaloradas perpetradas por grupos sociais, partidos políticos e instituições – principalmente as do terceiro setor e das organizações não governamentais (ONGS) –, não é de hoje que se pensa e se discute sobre reconhecimento e não foi Taylor o pioneiro nessa discussão, como veremos adiante.

1 HISTÓRIA E DEFINIÇÃO DE RECONHECIMENTO E A HERANÇA EPISTEMOLÓGICA PARA CHARLES TAYLOR

Charles Taylor é canadense, nascido em Montreal, no ano de 1931. Sua cidade natal fica localizada na província de Quebec e é muito marcada pela diversidade de línguas e culturas. Inclusive, seu pai (anglófono) e sua mãe (francófona) eram muito empenhados nas questões sociais e, dessa maneira, fizeram com que Taylor também herdasse uma certa sensibilidade para as situações de injustiça e desigualdades tão presentes no seu contexto sociopolítico e nos contornos geográficos em que vivia (VITORIANO RIBEIRO, 2012, p. 10). Muitas situações de desrespeito pautavam as relações intersubjetivas ferindo tudo aquilo que pudesse

2 O Bem viver é uma expressão bastante utilizada pelos grupos sociais latino-americanos que se inspiram na vida dos povos originários. Dessa forma, a expressão ganha, neste trabalho, uma associação à ideia de dignidade, tão cara para Taylor e para todos os que trabalham com pessoas e seus respectivos direitos sociais.

ser considerado diverso e destoante da população hegemônica. Nesse sentido, pode-se dizer que, por um desejo de mudança desses paradigmas, Taylor se interessasse pelas questões de identidade e do pluralismo cultural e, por conseguinte, do *reconhecimento*.

Nos últimos anos ele se tornou um dos autores mais procurados para se discutir a questão do reconhecimento dentro da própria Filosofia (numa perspectiva mais crítica), como também em outras áreas, a saber, nas ciências sociais, na política e na economia. Os conflitos que compõem as relações entre os vários países e os atritos existentes entre os grupos de uma mesma nação são os principais responsáveis por uma busca, cada vez mais intensa, pelos estudos de Charles Taylor.

Porém, mesmo sendo um nome expoente nas investigações e debates acerca do reconhecimento, Taylor não é o único, nem o primeiro a tratar sobre tal temática. Inclusive, é preciso afirmar que não há uma única visão sobre o tema em questão, já que é possível considerar a existência de *teorias* do reconhecimento (VITORIANO RIBEIRO, 2016, p. 390), ou seja, diversas compreensões e definições sobre a temática.

Sem dúvidas esse debate é bastante antigo e remonta à antiguidade, quando, por exemplo, consideravam a vida de alguém como boa apenas se aquela pessoa possuísse algum *apreço* na pólis. De maneira parecida, a filosofia escocesa traz a questão do reconhecimento como a busca das virtudes por desejos de uma *aprovação* ou receios de uma *desaprovação* social. Já Kant ligaria o termo em questão à ideia de *respeito*, afirmando que seria este o sumo fundamento da moral (CANTO-SPERBER, 2003, p. 473).

Contudo, pode-se afirmar o pioneirismo de Hegel em tratar, pelo menos de maneira mais sistemática, o tema do reconhecimento. No século XIX, dentro do horizonte da Ética Filosófica, foi ele o responsável por desenvolver e elucidar o problema do reconhecimento, visto que “o conceito sempre permaneceu na sombra de outras definições, consideradas como mais fundamentais” (CANTO-SPERBER, 2003, p. 473). Tentou ainda concatenar os fatos históricos que constituíam o solo do pensar a moralidade humana.

Deve-se levar em consideração que outros pensadores, precursores de Hegel, teceram seus pensamentos em relação ao conceito em questão, como é o caso dos contratualistas que defendiam que o homem busca a “honra” e a estima social sempre³. Podemos citar, também, outros que comentavam acerca da consciência da liberdade de um indivíduo quando este pudesse se reconhecer como autônomo (CANTO-SPERBER, 2003, p. 474). No entanto, tratando-se de Hegel, é possível dizer que, embora divergentes, essas maneiras de pensar despertaram nele “a ideia de que a *consciência de si* do ser humano depende da experiência do reconhecimento social” (CANTO-SPERBER, 2003, p. 474).

As reflexões acerca do reconhecimento desembocam, de Hegel, como um rio maior em rios menores. Muitas pessoas desejaram continuar os estudos sobre o reconhecimento numa perspectiva hegeliana, visando aproximar a reflexão filosófica da vida concreta do

3 Hobbes, Rousseau e Fichte, respectivamente.

povo, visto que, independentemente do suporte econômico, cultural e político, sempre existiu nas sociedades o problema das desigualdades que oprimiam alguns em detrimento do gozo pleno de outros grupos e pessoas.

Em outras palavras, pode-se dizer que o pensamento hegeliano sobre o reconhecimento fundamentou os muitos outros estudos que surgiram depois dele, embora com certas divergências conceituais. O certo é afirmar que toda a matriz desses estudos, posteriores ao século XIX, estão referenciados ao filósofo germânico. Dessa maneira, não podemos negar o valor imensurável de Hegel em seus trabalhos, principalmente na imagem do Senhor e do Escravo que, segundo ele, perpassam a maneira de como devemos tecer nossa consciência pessoal a partir de uma lógica, que desde os tempos mais remotos, atravessa as relações sociais, como ainda veremos.

O renomado filósofo brasileiro Henrique Cláudio de Lima Vaz, influenciado pelas ideias hegelianas, comenta sobre o reconhecimento assumindo que “o sujeito humano se constitui tão somente no horizonte do mundo humano e a dialética do desejo deve encontrar sua verdade na dialética do reconhecimento” (LIMA VAZ, 1981, p. 17). Para ele, seria necessário que a consciência pessoal de cada ser humano estivesse esforçada em fazer a experiência da consciência-de-si, porque, estando na realidade do mundo, será sua própria consciência no seu *ser outro*, que estará responsável por mediar o seu reconhecimento-de-si.

Lima Vaz também vê na imagem do *Senhor* e do *Escravo*, um protótipo que bem elucida as relações humanas em seus reconhecimentos, já que haveria a partir dessa relação uma quebra da “igualdade abstrata da consciência consigo”, fruto de um movimento dialético que seria o responsável por delimitar de maneira mais coerente quem se é e quem são os outros objetos exteriores a si mesmo (LIMA VAZ, 1981, p. 21). Nas próprias palavras do filósofo brasileiro, “a unilateralidade do reconhecimento reside aqui no fato de que o Senhor não reconhece o Escravo como outra consciência-de-si mas como mediador da sua ação sobre o mundo” (LIMA VAZ, 1981, p. 22). Assim, restaria ao Escravo o trabalho sobre algo, enquanto ao Senhor tocaria o usufruto do trabalho do escravo para além do seu desejo mais primário. Ele ainda afirma que a relação Senhor-Escravo tem pautado a história das sociedades ocidentais e que o caminho mais viável para a superação desse problema seria fundamentar a sociedade sobre o horizonte do livre consenso, rechaçando e se distanciando da visão dos contratualistas (LIMA VAZ, 1981, p. 25).

Embora existam estudos bastante antigos sobre o reconhecimento, não é tarefa fácil encontrar uma definição simples e que seja satisfatória para os que hoje se interessam pelo tema e o estudam. Caso queiramos definir reconhecimento através de um dicionário comum de língua portuguesa, podemos encontrar essa palavra definida como o “ato ou efeito de reconhecer, admitir como verdadeiro: reconhecimento de um direito; lembrança de um benefício, gratidão por ele: testemunhar reconhecimento” (RIBEIRO, Dicionário online de português).

Depois da seriedade com que Hegel organizou seus apontamentos acerca do reconhecimento, muito outros pensadores depois dele se inspiraram em seus escritos e, com aproximações e distanciamentos, tentaram responder a esta questão tão complexa dentro da Ética filosófica. Juntamente com Charles Taylor, outras pessoas como Paul Ricoeur, Habermas, Alex Honneth, Nancy Fraser, Judith Butler e tantos outros configuram o panorama de teóricos(as) que mergulham nesse tema e enriquecem o debate contemporâneo, gerando não só muitos frutos no nível intelectual e acadêmico, mas, também, na vida prática dos indivíduos. Sobretudo com as reflexões acerca do reconhecimento que desembocam em outros temas, como a democracia, a religiosidade, a migração, a equidade de gênero e muitos outros.

2 RECONHECIMENTO X NÃO RECONHECIMENTO: ABERTURA PARA SE PENSAR AS IDENTIDADES

Como já exposto anteriormente, a questão do reconhecimento para Charles Taylor se caracteriza profundamente como uma faceta da vida social na qual o homem deve buscá-la para poder (sobre)viver. Ou seja, trata-se de uma *necessidade* humana, como todas as outras que as pessoas possuem, como dormir, comer, beber, se abrigar. Sem tal reconhecimento não pode haver vida (plena) para alguém, segundo Taylor. Dessa maneira, pode-se afirmar a impossibilidade de abordar o *reconhecimento* sem falar do *não reconhecimento*, ou da invisibilidade dos sujeitos e seus grupos, visto que se trata de uma atitude essencialmente humana, devendo ser conquistada com muitos esforços e não concedida pacificamente pelos demais sujeitos que compõem o tecido social.

Seguindo este pensamento, o autor defende a importância de uma teoria do conhecimento porque esta “pensa os conflitos éticos e sociais não como tentativa de destruição do diferente, mas como uma busca interativa pela consideração intersubjetiva de indivíduos e grupos” (VITORIANO RIBEIRO, 2012, p. 134). Assim, não há possibilidade de garantia de reconhecimento se não for na esfera do conflito, fazendo jus às muitas falas de lideranças e pessoas mais velhas que muito sofreram para garantir o mínimo de vida digna para si e para os seus: “A vida é luta!”.

Levando em consideração que o reconhecimento perpassa, conflituosamente, os caminhos do não reconhecimento, é importante ressaltar que “o não reconhecimento ou o reconhecimento errôneo podem causar danos, podem ser uma forma de opressão, aprisionando alguém numa modalidade de ser falsa, distorcida ou redutora” (TAYLOR, 2000, p. 241). Em outras palavras, pode-se até dizer que se trata de uma violência, já que “a falta de reconhecimento do outro não é apenas uma falta de respeito, mas também uma forma de aprisionar o outro em formas muitas vezes desumanas, tratando-o como meio e não como um fim em si mesmo” (VITORIANO RIBEIRO, 2012, p. 134).

Como um modo de superação desse *não reconhecimento*, Taylor pondera que “a verdadeira compreensão nas relações humanas exige a paciente identificação e desconstrução de facetas de nossas suposições implícitas que distorcem a realidade do outro” (TAYLOR,

2000, p. 241). Além disso, ele comenta o que pode ser chamado de *política de igual dignidade* (TAYLOR, 2000, p. 253), em que o sujeito social assume, com sua capacidade racional, uma maneira de viver respeitando os demais, baseando-se nas escolhas advindas de seus próprios princípios éticos.

De todo modo, é importante deixar claro que a aquisição do reconhecimento em níveis sociais e de constituição da própria identidade é um *processo*. Este vai se dando paulatinamente dentro da comunidade linguística, através das redes de relacionamentos sociais que vamos firmando ao longo de nossas vidas, no contato cotidiano com valores e ideias que surgem no nosso desenvolvimento e maturação humana, bem como de outras formas (VITORIANO RIBEIRO, 2012, p. 138).

É possível perceber o quanto o termo reconhecimento está ligado à ideia de *identidade*. Tanto na Psicologia quanto na Filosofia, ou em outras áreas que se discute o que significa tal vocábulo, é plausível dizer que - como se trata de algo *multifacetado* e com tantas definições plurais - se assemelha aos muitos sentidos que *reconhecimento* também pode conter. Contudo, Taylor associa esses dois termos defendendo que “nossa identidade é moldada em parte pelo reconhecimento ou por sua ausência” (TAYLOR, 2000, p. 241). Este é mais um motivo para pensarmos o reconhecimento como indispensável e decisivo para a constituição da identidade moderna, tanto individual quanto coletiva e comunitária.

Sobre a constituição da identidade, vale ainda salientar – com base na perspectiva tayloriana – que a identidade não pode ser delimitada sozinha, o sujeito consigo mesmo, mas sim com os outros, por meio de uma condição *dialógica*. De tal modo que se possa afirmar honestamente que “minha descoberta de minha identidade, [...] eu a negocio por meio do diálogo, parte aberto, parte interno, com o outro” (TAYLOR, 2000, p. 248). É justamente por estarmos imersos numa rede de interlocuções que não nos deveríamos guiar por concepções românticas e equivocadas do *self* (consciência de si), limitando-o a gratificações e, consequentemente, a um individualismo (TAYLOR, 1997, p. 59-60). É claro que há um espaço interno no homem onde a identidade vai se configurando, mas este não é independente e nem alheio, pois num mundo regulado pela linguagem, faz-se necessário reconhecer-se através dos demais.

Como o caráter político-social entra em cena para compor as identidades por meio do reconhecimento ou mesmo de sua ausência, faz-se necessário ainda afirmar que “uma sociedade supostamente justa e cega às diferenças é não só inumana (porque suprime identidades), mas também, de modo sutil e inconsciente, altamente discriminatória” (TAYLOR, 2000, p. 254).

Com o passar do tempo, a história foi testemunhando a decadência das sociedades hierárquicas e como a questão do reconhecimento ganhou forças por meio do entendimento da identidade emergente, mais precisamente com o *ideal de autenticidade*. A questão é que os indivíduos eram mais (mal) reconhecidos pelas posições que ocupavam e as atividades que exerciam dentro da conjuntura social. Hoje, embora vivamos em sociedades democráticas,

existem ainda resquícios da ideia de que as pessoas precisam abraçar um papel social para se autodefinirem, entretanto, o caminho mais viável para um genuíno reconhecimento seria o ideal de autenticidade (TAYLOR, 2011, p. 55).

Do mesmo modo, pode-se assegurar que a autenticidade levaria as pessoas a não aceitarem sem questionamentos as categorias sociais que lhes são impostas. O que o autor em questão está problematizando é a originalidade e interiorização das questões que formulam a identidade, mas que não se constituem definitivamente sem antes passar pelo fio da sociabilidade. Ou melhor, mesmo que no plano mais pessoal se deseje atingir a plenitude de sua identidade, o ser humano corre o risco de fracassar quando precisar conquistá-la por meio da troca com os demais significantes (TAYLOR, 2011, p. 56).

As próprias palavras do Taylor, como já vimos anteriormente, inclusive, demonstram um forte e doloroso juízo quando afirmam que “a projeção de uma imagem inferior ou degradante sobre outrem pode realmente distorcer e oprimir, na medida em que é interiorizada” (TAYLOR, 2011, p. 58). Como já fomos percebendo, negar o reconhecimento ou fazê-lo de maneira arbitrária ou limitante pode trazer sérios prejuízos para alguns indivíduos.

Desse modo, sentimos a necessidade de nos aportarmos a outras definições que tocam (ou podem tocar) a questão do reconhecimento como uma ferramenta indispensável para a garantia de dignidade para todos os cidadãos.

3 RECONHECIMENTO E A CONJUNTURA POLÍTICA: INTERFACES COM A REPRESENTATIVIDADE E LUGAR DE FALA

Quando se trata de reconhecimento e, consequentemente de identidade, não nos pode escapar as noções de representatividade e a de lugar de fala. Dentro do espaço político, os grupos que constituem determinada sociedade precisam se organizar minimamente para defenderem suas causas e suas vidas, pois o “Estado” – principalmente no Brasil e em outros lugares cuja colonização foi traumática e opressora – não se importa com a vida das pessoas e legitimam a negação ao direito de viver para quem desejar.

O filósofo camaronês Achille Mbembe, resgatando o pensamento crítico de Michael Foucault, é bastante sensato quando afirma que “ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder” (MBEMBE, 2018, p. 5). No presente trabalho, ampliando a ideia de morte para além do componente físico, é possível olhar para a realidade brasileira e perceber que carregamos muitos resquícios da colonização e, dessa maneira, pautamos nossas políticas acolhendo apenas alguns interesses e rechaçando os interesses de outros grupos.

Esse fenômeno nos faz lembrar, justamente por seu distanciamento, do pensamento de Taylor, quando este diz, apoiado em Gadamer, que a superação do estigma da luta por reconhecimento seria a fusão de horizontes. Ou seja, haveria uma junção de perspectivas, onde as visões de mundo não permanecem individualizadas, mas se unem dentro de um processo

dialogal. Não seria, portanto, o não reconhecimento ou o reconhecimento errôneo uma forma de *necropolítica*? (TAYLOR, 2000, p. 271).

Por exemplo, dentro da ótica étnico-racial no Brasil, se comentamos do traumático e desumano processo de miscigenação do país, percebemos o quanto muitas pessoas não reconhecem traços africanos ou indígenas nos seus próprios corpos, na culinária, nas músicas, na linguagem. Isto se deve, precisamente, a uma ausência ou a um mau processo de reconhecimento, pois “essa massa de nativos oriundos da mestiçagem viveu por séculos sem consciência de si, afundada na *ninguendade*” (RIBEIRO, 1995, p. 453).

Tendo em mente que o Estado não é uma entidade neutra, mas um lugar constituído por pessoas que carregam seus valores e suas visões de mundo, é preciso reconhecer que há um grande conflito de perspectivas, fazendo necessário que nenhum discurso de ódio possa se sobrepor a outro que abarque e faça jus ao verdadeiro significado da política: bem comum.

Como atualmente vivemos numa sociedade democrática, é imprescindível considerarmos o termo *representatividade* que vem pautando muitas discussões atualmente dentro do cenário sociopolítico. Dentro do âmbito da democracia, o filósofo político Norberto Bobbio traz sua contribuição indicando que a representatividade (política) é exatamente “substituir, agir no lugar de ou em nome de alguém ou de alguma coisa; evocar simbolicamente alguém ou alguma coisa; personificar” (BOBBIO, 1983, p. 1102). De forma mais concreta, ainda é possível dizer que a representatividade estaria ligada ao controle do poder político em prol daqueles que não podem exercer pessoalmente esse poder, como uma espécie de “mecanismo político particular para a realização de uma relação de controle (regular) entre governados e governantes” (BOBBIO, 1983, p. 1102).

Ainda na visão de Bobbio, as instituições representativas apresentam um percentual baixo de representatividade e, além disso, há a possibilidade de haver um abismo entre representantes e representados, pois no percurso da representação pode surgir algum desbotamento do que se pensou inicialmente. Neste ponto, ainda se torna válido salientar que, para o autor, a representatividade sociológica pode limitar os traços que os representantes podem assumir, provocando uma *estaticidade* neste processo (BOBBIO, 1983, p. 1103).

Um dos tipos de representação que Bobbio apresenta e que se aproxima das demandas de ordem psicológica e simbólica dentro do aspecto tratado é o da *representação-espelho*. Neste traço,

os grupos pouco integrados, marginais de um sistema político terão necessidade não só de representantes que “zelem por seus interesses”, mas ainda de representantes que, pelas suas características pessoais, neles se possam identificar e sentir-se “presentes” na organização política (BOBBIO, 1983, p. 1104).

Deste modo, levando em consideração a multiplicidade (e dificuldade) de abranger todo o significado de representatividade – principalmente no campo político – é importante

frisar que, ao mesmo tempo em que essa representatividade pode comprometer alguns indivíduos em vista do reconhecimento social de seus grupos, pode haver, também, uma lacuna entre os interesses desses grupos e/ou um equívoco no modo pelo qual o representante interpreta tais interesses. Porém, é inegável como a representatividade, usada como referência para muitos grupos sociais hoje em dia, funciona como um mecanismo que impede a invisibilidade de seus corpos, culturas e discursos.

Visando uma representatividade adequada (ou justa), “é, cada vez mais, interpretada como implicando uma representação mais correta dos diferentes grupos sociais que compõem o corpo de cidadãos, e noções de representação ‘típica’, ‘especular’ ou ‘descritiva’” (PHILLIPS, 2001, p. 273). Ações afirmativas geram emancipação dos sujeitos, pois os tornam protagonistas (ou ao menos personagens) de atuações que geram mudanças não só em suas vidas individuais, mas também no coletivo.

As cotas, por exemplo, fazem com que pessoas de alguns setores da sociedade, que nunca tiveram acesso ao ensino superior (como é o caso dos negros, indígenas e pobres), possam garantir a sua vaga no ensino público, enriquecendo, desse modo, a academia e toda a sociedade com suas valiosas contribuições. A representatividade, nesse caso, seria uma forte aliada na constituição da identidade dos sujeitos, pois poderiam se reconhecer *outramente*, no seu semelhante, por meio da *dialogicidade* que Taylor aponta como essencial no processo da tomada de consciência de si.

A representatividade ganha uma força ainda maior quando associada a outro conceito muito discutido nos nossos dias: *lugar de fala*. Muito se tem debatido acerca deste tema com o intuito de tecer críticas aos discursos hegemônicos dentro de nossa sociedade marcada profundamente por divisões e injustiças. Uma das vozes expoentes no cenário atual que aborda o tema em seus estudos, dentro de um recorte racial e de gênero, é a filósofa brasileira Djamila Ribeiro dos Santos. Embora seu trabalho esteja mais voltado a discussão do feminismo, é possível comentar sobre como esse conceito pode se relacionar com o (não) reconhecimento na perspectiva tayloriana.

A filósofa brasileira, no seu livro intitulado *O que é lugar de fala?*, desmistifica a equivalência entre os termos representatividade e lugar de fala e retifica a ideia propagada de que este último seria a mesma coisa que impor uma visão ou ainda de cercear o diálogo entre ideias divergentes. Para a autora, “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir” (RIBEIRO DOS SANTOS, 2017, p. 37). Ou seja, ter voz dentro na sociedade faz com que o indivíduo acesse seu direito à uma existência digna, dentro desse mesmo *locus* social (RIBEIRO DOS SANTOS, 2017, p. 37). Este fato não necessariamente estaria ligado a uma visão essencialista, pois, embora não participante de um determinado grupo social, eu posso *falar* não por ele, mas com ele. Tal fato justificaria, portanto, homens que lutam ao lado das mulheres pela igualdade de gênero, antirracistas que visam melhores condições de vida para os negros, entre tantas outras situações.

Nesse sentido, é viável unir tal visão com o pensamento de Taylor, quando ele explica sobre a fusão de horizontes. Apostando numa sociedade que dialoga, e aqui cabe reforçar que é necessário que todas as pessoas tenham voz, é possível crescer no bem comum quando ninguém é invisibilizado e se busca reconhecer a particularidade e necessidade de cada pessoa assim como a de todos os indivíduos. Porque, “pensar lugar de fala é uma postura ética” (RIBEIRO DOS SANTOS, 2017, p. 47), uma vez que isto nos colocaria em movimento diante às diversas maneiras de opressões, exclusões e mortes – sejam elas simbólicas ou não – aos negros e indígenas, às mulheres, à população LGBTQIA+, aos migrantes e refugiados, e a tantos outros que vivem às margens de uma sociedade, ainda, severamente hierárquica e perversa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de termos feito este caminho histórico, epistemológico, crítico e afetivo, pode-se admitir que o pensamento de Chales Taylor sobre o reconhecimento é atualíssimo e mais que necessário na práxis filosófica. As estruturas sociais – inclusive, aquelas que respingam dentro da academia – muitas vezes impedem de olharmos (com mais atenção) para os mecanismos de exclusão que cotidianamente oprimem e retiram a dignidade e reconhecimento de muitas pessoas.

O não reconhecimento ou o conhecimento errôneo serve apenas para apagar tais existências e fazê-las presenças “pela metade”. A teoria tayloriana serve justamente para garantir a inteira presença da existência de cada ser humano, fazendo-o reconhecer-se e reconhecer o outro, construindo suas vidas com dignidade e tecendo uma sociedade mais equânime. Compreendendo, é claro, que da mesma maneira que o(s) percurso(s) do(s) reconhecimento(s) se dão de forma paulatina, também as mudanças na conjuntura política, econômica e social são processuais. Ampliando os horizontes, fortalecendo as relações e garantindo vez e voz a todas as gentes, é possível pensar/fazer uma filosofia que *reconhece* as realidades individuais e sociais e que deseja se implicar com elas, pois se “recordar” (*re-cordis*) significa trazer de volta ao coração, “reconhecer” não seria entender ou saber novamente, estar sempre aberto e em movimento?

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 11ª ed. Brasília: Editora UnB, 1983.
- CANTO-SPERBER, Monique (org.). *Dicionário de Ética e Filosofia Moral*. São Leopoldo: Unisinos, 2003. 888 p. (Ideias). ISBN 85-7431-179-0.
- LIMA VAZ, H.C. Senhor e escravo: uma parábola da filosofia ocidental. *Revista Síntese*, Belo Horizonte, v. 8, n. 21, p. 7-29, 1981.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença?. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001.

REUBEN, Anthony. 1% da população global detém mesma riqueza dos 99% restantes. In BBC News Brasil, 18 jan. 2016. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn. Acesso em

2 dez. 2020.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Débora. Significado de reconhecimento. In Dicionário online de português. Disponível em <https://www.dicio.com.br/reconhecimento/>. Acesso em 12. dez. 2020.

RIBEIRO DOS SANTOS, Djamila. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento: Justificando, 2017.

TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

TAYLOR, Charles. *As fontes do Self: a construção da identidade moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

TAYLOR, Charles. *A Ética da Autenticidade*. São Paulo: Realizações Editora, 2011. (Coleção Abertura Cultural).

VITORIANO RIBEIRO, Elton. Reconhecer-se reconhecido: o problema do reconhecimento enquanto questão antropológica, ética e política. *Revista Síntese*, Belo Horizonte, v. 43, n. 137, p. 387-400, set./dez. 2016.

VITORIANO RIBEIRO, Elton. *Reconhecimento Ético e Virtudes*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.